

SUJEITO E ESCRITA: OS DUPLOS VENTRÍLOQUOS DE *BUDAPESTE*

SUBJECT AND WRITING: THE DOUBLE VENTRILOQUISTS FROM *BUDAPESTE*

Micheline Mattedi Tomazi

Professora doutora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora permanente do Mestrado em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Líder do grupo de pesquisa intitulado "A polifonia na construção do sentido do texto"

Faz parte do núcleo de pesquisa em texto, discurso e cognição da UFES (NUPETEC).

Atua na área de pesquisa em estudos textuais-discursivos

Publicou a obra "Cantigas de acordar": análise discursiva do enunciado poético de Chico Buarque.

E-mail: mitardin@terra.com.br

RESUMO

A partir da noção de sujeito nas ciências em geral e na linguística, em particular, este artigo pretende mostrar que, no romance **Budapeste**, a questão do sujeito emerge singularmente a partir do sistema do duplo, da negação em aceitar jogar o seu jogo de opostos, já que, ao ficcionalizar a questão do duplo, o romance reside não propriamente neste último, mas no desafio de superá-lo. No jogo enunciativo da narrativa, o sujeito inscreve e encena a sua fissura, como o lugar da alteridade, ou da linguagem sem reificação. Ao lidar com o sistema do duplo, encontramos o jogo do mundo no jogo da língua e nos deparamos não com um sujeito de enunciação, mas com uma constelação polifônica de sujeitos, um coral de ventríloquos, que em suas relações ficcionais uns com os outros, fazem emergir questões históricas, sociais e ideológicas que os atravessam, assim como a própria literatura.

Palavras-chave: Sujeito. Discurso Literário. Ideologia.

ABSTRACT

From the notion of the subject in general sciences and linguistics, in particular, this article aims to show that, in the novel Budapest, the question of the subject emerges singularly from the system of the doppelganger, from the denial in accepting his game of opposites, since fictionalizing the problem of the doppelganger, the novel does not properly reside in the latter, but in the challenge of overcoming it. In the narrative enunciation game, the subject inscribes and enacts his own fissure, as the place of alterative, or the language without reification. Dealing with the system of the doppelganger, we find the game of the world in the game of the language and we face ourselves not with the subject of enunciation, but with a polyphonic

constellation of subjects, a choir of **ventriloquists**, in which, in their mutual fictional relationships, they bring to light historical, social, and ideological questions that cross over them, as well as literature itself.

Key-words: Subject. Literary Discourse. Ideology.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O SUJEITO

O interesse pelo fenômeno da subjetividade não surge *ex nihilo*. Decorre, na verdade, de mudanças nos estudos da linguagem que resultaram de uma evolução, cujo início se deu com o interesse, a partir dos anos sessenta, da linguística pós-estruturalista em re-considerar o lugar do sujeito, até então excluído pelo Estruturalismo. A partir daí, o sujeito, antes imerso, apagado, senão “morto¹”, acaba por ser engendrado em uma nova roupagem que lhe permite enfatizar sua dimensão primordial no discurso.

Por outro lado, a questão do sujeito na linguagem, ainda que se destaque um debate imenso no campo do discurso e a contribuição da Teoria da Enunciação ao permitir que o sujeito retome seu lugar no ato de linguagem, assumindo seu papel, sua identidade *no e pelo* discurso, é, até o momento, marcada por incertezas no que poderíamos denominar de algumas estratégias para análise do sujeito. Talvez, a maior dificuldade esteja no fato de não haver nada tão autorreferencial, autorreflexivo quanto à análise do sujeito, uma vez que não é apenas o sujeito analisado que é polifônico, barrado, nós também o somos.

Desse modo, nota-se que esse assunto é, ainda, uma grande questão para a linguística contemporânea e constitui terreno fértil para pesquisas neste desabrochar do século XXI. É, pois, a partir dessas considerações que tentaremos montar, em um primeiro momento, um traçado esclarecedor sobre grande parte das agruras do sujeito. Para tanto, mesmo correndo o risco de não focar o trabalho de alguns teóricos importantes que tratam do tema, procuramos conciliar contribuições de origem filosófica, psicanalítica para se chegar ao sujeito no âmbito da linguística-discursiva e, a partir daí, apresentar uma leitura das figurações do sujeito no romance *Budapeste*, de Chico Buarque.

1.1 AS FIGURAÇÕES DO SUJEITO NA FILOSOFIA E NA LINGUÍSTICA

Chauí (1976) propõe um estudo da subjetividade com o objetivo de discutir o conceito e o uso de subjetividade no pensamento contemporâneo. Segundo a autora, a maneira de encarar a subjetividade mudou na filosofia dita moderna e é, pois, essa nova maneira que

constitui objeto de estudo do seu artigo cujo nome "A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea" (re)afirma o objetivo de refletir sobre a noção do conceito e uso da subjetividade que é recusada hoje no pensamento contemporâneo.

A autora explica que as três instâncias – ego, sujeito e pessoa – veem a subjetividade "como um poder totalizador que se debruça sobre si mesma, sobre os objetos e sobre os outros homens para determinar, isto é, decidir seu sentido" (CHAUÍ, 1976, p. 30). De fato, como veremos adiante, são esses mesmos "plenos poderes" da subjetividade, isto é, o poder da identidade, o poder da síntese e o poder da deliberação que estariam sendo postos em questão pela modernidade.

Em busca de resposta para a questão do conceito e do uso da subjetividade na filosofia contemporânea, Chauí (1976, p. 30) afirma que os filósofos sempre "exigiram um ponto fixo como condição inicial do pensamento" e esse ponto fixo é o ser, princípio da existência e da inteligibilidade do real. O princípio da subjetividade na filosofia é caracterizado, então, pelo deslocamento da expressão de um naturalismo objetivista para a expressão de manifestação de um ser subjetivista que se apoia na consciência.

Vemos, assim, que o sujeito, em conflito, passa a enfrentar uma crise de subjetividade vista como fundamento das ideias. Tal subjetividade seria o ponto de partida de um princípio humanístico que busca o valor do homem por meio da consciência de sua personalidade e responsabilidade perante o mundo. O ser humanista passa a ser visto a partir de sua interioridade e de sua referência. E é por meio desta que se funda o conhecimento de todas as coisas: "o humanismo é a filosofia que erige a consciência (quer psicológica, quer transcendental) como a primeira certeza fundadora de todas as outras" (CHAUÍ, 1976, p. 30).

De fato, o humanismo constitui a viga mestra de toda a arquitetura do advento da subjetividade na filosofia, visto que esse nascimento se caracteriza pelo deslocamento do ponto fixo do ser para a consciência. De qualquer forma, o ciclo filosófico moderno começa com o giro de atenção que Descartes imprime ao pensamento, ao questionar a certeza "ingênua" do mundo exterior e direcionar a reflexão para o terreno supostamente firme do *cogito*. Reside aí, talvez, o nascimento da subjetividade. Esse período humanístico, no qual se insere o projeto cartesiano, contribuiu para o advento do *eu* individual como única fortaleza na qual o sujeito pode instalar-se para conhecer. Se o sujeito é convocado a dar conta de sua própria experiência subjetiva, a falta de certezas universais e/ou transcendentais exige que se afirme o sujeito como centro de suas próprias referências, colocando em foco a necessidade de melhor definição do que seria uma personalidade individual.

O ponto fixo no *cogito* cartesiano é uma afirmação da exigência fundamental do humanismo, ou seja, a valorização da subjetividade, na qual a consciência revela o ser: o "penso, logo existo" institucionaliza o sujeito no mundo. Esse conhecer/pensar condicionando a existência é o ponto de partida de reconhecimento e produção de saber, que se faz pela subjetividade e passa pela realidade apreendida pela consciência. Vê-se, pois, que o "eu conheço" cartesiano procura condicionar o ser à afirmação do pensamento, ou seja, o sujeito faz-se "a si mesmo".

No entanto, o *cogito*, devido a sua forma totalmente subjetiva, seria temporal e finito, já que só existiria no momento em que é pronunciado, em sua oralização, tal como o próprio pronome pessoal cujo referente é em si "itinerante", dependendo, pois, de quem o enuncia. Daí inferir-se essa subjetividade cartesiana como impossibilidade de ser ela não permitindo o fundamento da verdade, que por sua natureza, é necessária e não contingente.

Como se pode perceber, em todo o cartesianismo, o sujeito constrói o objeto, ou seja, ainda existe uma distinção entre sujeito e objeto, que são vistos como termos independentes. O sujeito se impõe ao objeto, levando a crer que o ambiente tem um papel bastante limitado sobre a trajetória de vida do ser. Aqui, passa-se do ser (imane) apregoadado pelos filósofos gregos para a consciência, princípio de toda a contemplação.

Chauí (1996) afirma que a separação entre o sujeito e o objeto é "a primeira das operações de separação operada pela representação, noção que será criticada por Hegel porque recusa a contradição como condição da verdade e da realidade". Para Hegel, a existência do homem tem como centro o próprio pensamento, e sob a égide deste se constrói a realidade. Hegel mostra que o real é real porque é contradição e que a identidade de um ser não está nele mesmo, mas naquele ao qual se opõe. É, pois, a noção de contradição que vai revelar a verdade e levar ao conhecimento. Isso prova que a dialética hegeliana introduz uma primeira crítica à subjetividade fundadora, através da noção de representação. Tal crítica, no entanto, não foi suficiente para desestabilizar a subjetividade, já que a filosofia hegeliana ainda é uma filosofia da subjetividade, que se estabelece na relação opositiva que todo ser mantém com o outro.

Seguindo esse caminho, a dialética hegeliana, sua crítica da representação não destrói a noção de subjetividade, embora Hegel tenha recusado a subjetividade como entendimento representador de objetos distintos dele próprio, já que, para que a realidade seja dialética, faz-se necessário que ela seja capaz de voltar-se sobre si mesma para "negar e engendrar o novo". De fato, essa volta é a reflexão, ou seja, a realidade reflexionante.

Considerando a subjetividade sob a perspectiva dialética, chega-se a uma concepção de sujeito que só pode ser pensada a partir da ideia de contradição. Nela é possível perceber que há uma parcela de liberdade inerente ao sujeito que não pode ser aniquilada totalmente. Pode-se dizer, então, que nesse ponto se indicia a primeira fratura em uma concepção de subjetividade como fundadora do conhecimento. Fratura que se aprofunda com as concepções da dialética materialista e da descoberta do inconsciente por Freud. Segundo Chauí (1976) é a partir de Marx, Freud e Nietzsche que podemos pensar na morte da subjetividade, eles e toda a filosofia que se inspirou em um desses pensadores são responsáveis pelo atestado de um suposto óbito da subjetividade.

Essa "morte" da subjetividade surge a partir da crítica do privilégio da consciência e da crítica do humanismo que percorre todo o pensamento ocidental. Marx, Freud e Nietzsche, a partir de uma concepção interpretativa, defendem a questão da subjetividade, não através da negação, mas de sua existência em um lugar novo, em que ela deixa de ser o elemento constituidor do conhecimento e da ação e passa a ser algo constituído em espaços que não estão ao seu alcance, conforme aborda Chauí (1976). Parece claro que Chauí esteja referindo-se, respectivamente, ao inconsciente, à práxis histórica e à vontade de poder. O sujeito, então, agora recalcado, envilecido, não deixa, mesmo assim, de produzir sintomas e, portanto, sentidos, e, por isso, acaba sendo "interpretado" por certa linguística como aquele que causa um incômodo ao texto, uma vez que ofusca o papel desse mesmo texto.

Daí se considerar que a ameaça à sobrevivência do sujeito cartesiano acaba vindo a partir de Marx, Freud e Nietzsche que rompem com a tradição. De acordo com Chauí (1976, p. 34), esse rompimento se dá, a partir do momento que a realidade é revelada como construção imaginária da consciência, "como superposição de máscaras que encobrem o verdadeiro lugar do real. Conhecer é interpretar. E interpretar é criticar" (grifo no original).

Outro caminho apontado por Chauí para uma modalidade de crítica da formulação cartesiana é à noção de subjetividade produzida por Foucault, para quem, "a subjetividade não emerge com a noção de representação, mas com a noção de homem. A subjetividade só pode nascer quando o ser humano aparece dotado de características que o distinguem da natureza" (CHAUÍ, 1976, p. 34). Essas características estão na base da apropriação da natureza pela capacidade de trabalho, pela capacidade de simbolizar e ainda de fazer uso da linguagem.

Isso nos leva a outro caminho apontado por Chauí para se criticar ou "destruir" a concepção de subjetividade e a noção de representação. Para tanto é preciso buscar a maneira pela qual a subjetividade se mostra como objeto do conhecimento. O itinerário a ser

percorrido é o fornecido pela análise da questão da subjetividade na linguagem. De acordo com Chauí (1976) é comum a afirmação de que a linguagem é parte constitutiva da subjetividade, já que abre um espaço determinante no nosso processo de humanização. Essa observação abre caminhos que trilharemos daqui para frente em busca da compreensão da subjetividade na linguagem.

A expulsão do sujeito – que é uma criação da modernidade – coincide com o domínio e a ascensão do Estruturalismo que tomou conta do cenário intelectual e acadêmico no fim do século XIX. Nesse período, não havia mais tanta certeza de um sujeito cartesiano, dono de si e de seu destino, mas um sujeito à mercê de forças sobre as quais não exerce nenhum controle; ou seja, um sujeito controlado, determinado por forças alheias à sua vontade. Um sujeito paciente do sistema e, conseqüentemente, da história.

Parece óbvio admitir que o surgimento do pensamento estruturalista, que encontra seu primeiro fundamento na linguística, na figura de Saussure (1974), complicou demasiadamente a questão do sujeito, apontando-o como em crise, também na ciência da linguagem. Se o sujeito parece expulso basicamente pela descoberta saussuriana de que a língua independe do indivíduo, tendo um funcionamento próprio, já que é social, e sistema autossuficiente, foi Saussure que "descobriu" a *parole*, ou seja, a realização do código na fala do sujeito. Sendo assim, para a noção de sujeito no estruturalismo, é preciso ficar claro que a questão fundamental do estruturalismo com relação ao sujeito não é o seu apagamento, eliminação, mas algo completamente diferente, pois que não se trata de negar a intervenção do sujeito, mas de entender a sua "dependência", o deslocamento para outras esferas em que ele continua sua "parole" como se fosse seu apagamento, sua inabilidade.

Portanto, o estruturalismo não representa em seus fundamentos a supressão do sujeito, mas, antes, deixa emergir um pensamento que acaba fragmentando-o sistematicamente, por meio de uma discussão sobre a veracidade de sua identidade, levando-o à dispersão e à erraticidade. De fato, o postulado de que na perspectiva estruturalista houve uma negação do sujeito, parece estar ligado a certas afirmações na recepção de alguns leitores que acharam por bem associar o estruturalismo à morte do sujeito. Assim, a associação que se faz do estruturalismo à psicanálise ou ao marxismo leva a leituras e interpretações que se dirigem à ideia de certo sujeito que equivale a "morte efetiva" de todo o sujeito.

Isso, no entanto, não quer dizer que o sujeito tenha sido reduzido à zero, como pregam algumas interpretações e leituras mais apressadas do estruturalismo e, conseqüentemente, de Saussure. O que se pretende deixar claro é que, nesse período, o sujeito

possuiu pouca margem de manobra enquanto agente histórico-social. Portanto, não houve, a nosso ver, um fechamento "total" do sujeito que, estando supostamente diante da sobredeterminação imposta pelas relações estruturais, corria perigo de ser reduzido a uma mera "peça" entre tantas outras que faziam parte de uma enorme máquina. É, pois, exagero afirmar que o sujeito saussuriano é reduzido à insignificância. Se, de fato, Saussure deixou claro que não podia haver subjetividade na língua, também ele deixou claro que esta mesma subjetividade é perfeitamente possível na fala, e permite a "liberdade", mesmo que ela seja ilusória ou restrita.

Se, em linhas gerais, esse era o contexto da categoria sujeito vivido pelas ciências em geral e pela linguística em particular no princípio do século XX, na dita modernidade, podemos dizer que foi Benveniste, na década de 60, quem inicia uma reflexão propondo, na linguística, o primeiro resgate do sujeito. Ao especificar o "aparelho formal da enunciação", por meio das categorias de pessoa e das demais, principalmente, tempo e espaço, delas advindas, Benveniste (1989) fala de uma razão da enunciação e, ao se preocupar em determinar o teor de fundamentação dessa categoria, faz antever um sujeito de enunciação distinto de um sujeito do enunciado. Dessa forma, Benveniste resgata e acolhe, na dita modernidade, a categoria sujeito, muito embora a história do estruturalismo e a própria história da linguística nos mostre que ambos, Benveniste e sua visão de sujeito, continuam barrados, recalcados. De um lado, esse recalque acontece porque a linguística não se abre, de imediato, às questões suscitadas pela categoria sujeito, julgando-as mais próximas e próprias da filosofia e da psicanálise, deixando, então, que só mais tarde a proposta do sujeito benvenisteano venha a produzir efeitos *de* e *na* linguística (MORIM, 2001).

Por outro lado, o sujeito formalizado pela enunciação benvenisteano acaba sendo recalcado por essa mesma linguística que, ao tentar valorizar sua existência, insiste em negar a ideia de diálogo implícita no "aparelho formal da enunciação", ao se ler equivocadamente, uma ênfase a um *ego*, sem se atentar para sua constituição, sempre condicionada à existência de um outro, o tu. De fato, nessa recepção a Benveniste, leu-se que o sujeito passa a receber um lugar de destaque, em que a linguagem passou a ser a possibilidade de subjetividade e o sujeito a fonte do sentido responsável direto do enunciado. Sendo assim, o processo de enunciação é estruturado a partir do ego, centro da enunciação e responsável direto por tudo que "acontece", já que tudo parte da relação do "eu" com a enunciação. Assim, ao denominar esse *eu* de *ego*, as observações de Benveniste abrem espaço para uma fissura suscetível a críticas, pois, ao acentuar uma subjetividade "ego-cêntrica" para reger todo o mecanismo da

enunciação, ele não teria considerado que a subjetividade é algo inerente a toda a linguagem e que a sua constituição ocorre mesmo quando não se enuncia de um *eu*. Essa perspectiva traz a emergência de um sujeito-falante como objeto de estudo e pode ser explicada dentro de uma visão histórica, ou seja, essencialmente privado, esse sujeito parece refletir o sujeito cartesiano vislumbrado em sua singularidade e particularidade. Decerto que foi essa nova (ou antiga) visão do sujeito lida como sendo proposta por Benveniste que trouxe a crítica à sua obra: o fato de ter posicionado o sujeito como origem e senhor do seu discurso, já que ele se tornou onipotente, dissocializado e fechado em si mesmo; ou seja, de acordo com essa visão, o ato da enunciação seria totalmente individual.

Dessa leitura rápida e incauta, surgiram interpretações que negam um dos fundamentos básicos da teoria do autor que entende ser o diálogo a situação inerente ao exercício da linguagem, que se processa pela troca naturalmente entre um eu e um tu. É, pois, essa dupla função do ato de discurso que faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.

Ao compreender a atividade linguística como uma atividade cognitiva e, ao mesmo tempo social, a língua, nessa perspectiva, será entendida como produto sócio-histórico-cultural, construído por seus usuários que se afirmam como sujeitos únicos de seus discursos, definindo a si mesmos como "eu" do discurso e ao parceiro como "tu". Os usuários utilizam a língua no processo de interação, compartilhando sentidos, sentimentos, ideias e emoções. É por meio do uso da língua que o usuário constitui sua realidade, a própria língua e até a si mesmo como ser social. A língua faz parte de uma estrutura processual e está em constante funcionamento.

Para Benveniste, as marcas de enunciação atestam o jogo da intersubjetividade na comunicação considerando como fatos enunciativos os traços linguísticos da presença do locutor dentro do seu enunciado, os lugares de inscrição e as modalidades de existência, o que constitui para ele, a subjetividade na linguagem. Ao acreditar que a propriedade que possibilita a comunicação e a atualização da linguagem é a relação do homem que se constitui sujeito pela linguagem, Benveniste determinou que o fundamento básico da subjetividade é fixado pelo estatuto linguístico de pessoa, não um “euzinho” bem individual, mas um sujeito que só é fundado no encontro com o outro. Dessa maneira, achamos relevante relativizar a importância das ideias de Benveniste que, ao resgatar o sujeito, concedeu um lugar especial à enunciação, o lugar de instauração do sujeito que, ao enunciar de um dado lugar e em um determinado tempo, torna-se o ponto de referência das relações espaço-temporais.

Benveniste assinala a necessidade de uma análise linguística dos enunciados e coloca o sujeito como "ponta de lança" para essas análises enfatizando a questão da subjetividade. Vale, então, notar que tem sido desenvolvido um tipo de análise sobre a enunciação que contrasta Benveniste e o pensador russo, Bakhtin que, já na década de 20, teve o mérito de trazer as discussões linguísticas para o terreno da enunciação. Certamente, autores que trataram de questões tão próximas, enunciação, são sempre objeto dessas comparações. Antes, porém, de ver uma contraposição entre os dois, estamos fazendo um esforço para ver muito mais um caráter de complementaridade, de integração, pois embora reconheçamos que Benveniste está preocupado em determinar a razão da enunciação, e Bakhtin, por sua vez, está interessado no teor da interação, preocupado com os seus efeitos sociais e, portanto, contempla uma dimensão emocional, entendemos, torna-se inegável o diálogo entre os dois pensadores.

Bakhtin (1999) desenvolve sua concepção de língua pressupondo que, ao lado de leis internas, que ele não descarta, a língua é regida por leis externas, de natureza social, por isso, seus postulados teóricos seguem contestando as correntes teóricas da linguística, que não permitem apreender o "núcleo" da realidade linguística. O pensador russo postula que a língua não pode ser estudada como um produto acabado, conjugada a um sistema de normas imutáveis, mas sim como um grande diálogo que se constitui na interação verbal e pressupõe um processo de evolução ininterrupta. Desse modo, o processo é dialógico, se constitui na corrente de interação verbal, que acompanha o homem em um dado contexto e em uma dada situação. Bakhtin propõe uma abordagem de caráter dialógico e não imobilista para a língua. Segundo ele, "a verdadeira substância da língua" é constituída "pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações", sendo, pois, a interação verbal que constitui a "realidade fundamental da língua" (BAKHTIN, 1999, p. 123).

Para o pensador russo, vista como processo de interação verbal, a categoria básica da linguagem passa a ser estudada na atividade entre sujeitos, conjugada às condições concretas em que se realiza (BAKHTIN, 1999). É, portanto, Bakhtin quem teve o mérito de questionar a unicidade do sujeito falante. Ao conceber a língua como um jogo de interações constante entre fontes de enunciação múltiplas e as unidades linguísticas como unidades habitadas pelas palavras (ou discursos) dos outros, o pensador russo antecipa, por meio da noção de alteridade que atravessa nossos discursos, uma abordagem dialógica do discurso, hoje, um dos grandes temas da linguística moderna.

O sujeito bakhtiniano se mostra, então, inserido na sociedade, ele é um "sujeito social" que pode "dizer" muitas coisas possibilitando a existência de várias vozes e, como tal, integra-se à sociedade e por ela é interpelado; ou seja, ele só se constitui em uma relação de espelhamento com o "outro". É, portanto, um sujeito inacabado, que funda seu discurso na interação dialógica. Nesse sentido, o "eu" e o "outro" se alternam na constituição do processo discursivo e na constituição do sentido.

De fato, em toda a sua obra, Bakhtin (1999, p. 124) deixa claro que a enunciação é produto da interação do locutor e do ouvinte, ambos inseridos em uma "situação social mais imediata" e em um "meio social", ambos determinando seu discurso; trata-se, pois, de um diálogo em que a compreensão se instaura a partir da atuação de duas consciências, de dois sujeitos discursivos. É justamente essa perspectiva do discurso de outrem que possibilita uma incursão pelo trabalho bakhtiniano e pelos conceitos advindos dessa dialogicidade interna do discurso. Ao fazer referência ao discurso citado, Bakhtin confirma a existência de um interlocutor, mostrando, então, que, atrás da voz autoral, instala-se o discurso de outro, sugerindo que esse discurso é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, sendo, no entanto, e ao mesmo tempo, "um discurso sobre o discurso" e "uma enunciação sobre a enunciação".

1.2 OS MÚLTIPLOS SUJEITOS NO DISCURSO LITERÁRIO: O "CORAL DE VENTRÍLOQUOS" EM BUDAPESTE

Estudar o texto literário tomando como ponto de partida as abordagens e pontos de vista surgidos da linguagem para a questão do sujeito, ainda que tenhamos repassado brevemente e às soltas sua tumultuada história, pode parecer, de imediato, para alguns, um despropósito.

Reconhecemos que a enunciação literária, embora não fuja à regra comum da enunciação, têm condições de produção específicas, o que equivale dizer que ela não pode ser vista como um ato de comunicação dialógico comum. Ora, quando dissemos que, ao ler o texto literário, mergulhamos no universo do simulacro é porque entendemos ser este um tipo de discurso particular, cuja realidade é virtual, de outra natureza e, por isso, ficcional, não podendo, pois, esse discurso ficcional ser confundido com o cotidiano. Encarado por Iser (2002) como transgressão de limites, o texto ficcional é composto de diversos atos de fingir.

Para entender o texto literário como sendo constituído por um tipo de discurso particular faz-se necessário buscar a compreensão de sua materialidade interacional. Uma vez que o mundo desse texto se caracteriza pelo *como se* que insere a realidade tematizada sob o signo do fingimento, trabalhar o enunciado literário, na busca do sujeito de sua enunciação é procurar o “desnudamento” de sua ficcionalidade, de seu imaginário recalcado no produto verbal do texto. Assim sendo, na linguagem transgredida e enganada o sujeito se revela e, no engano da língua, “o imaginário, como causa possibilitadora do texto” (ISER, 2002, p. 984), torna-se presente e se atualiza.

Sendo assim, buscar nas veredas da linguagem os múltiplos sujeitos do discurso literário é privilegiar o discurso ficcional como lugar de manifestação da subjetividade e, portanto, tal trabalho representa um mergulho na aventura da modernidade, já que propõe desvendar no processo ficcional, no jogo especular da linguagem que se apresenta na tecelagem do texto, o “fingimento da ficção”; essa ficção moderna que “transformou-se no poder representativo da linguagem” (FOUCAULT, 1968, p. 71); e que procura hoje “se desfazer de sua máscara, perguntando por si mesma, buscando a si mesma, apresentando seu próprio jogo como principal espetáculo” (ARRIGUCCI JR., 1973, p. 168).

Daí se perceber que se o sujeito do discurso se faz processo, processa-se na própria linguagem com multiplicidade de vozes em diálogo, o texto literário é, por excelência, lugar de multiplicidade de sujeitos, de duplos, de revelação dos antagonismos da alma humana. É esse, decerto, o contexto da obra buarqueana.

Em linhas gerais, já pressupondo um conhecimento da obra pelo público, apresentamos uma paráfrase do romance de Chico Buarque, *Budapeste*, publicado em 2003 e que chegou à sua segunda edição em pouco menos de um ano. O romance é narrado em primeira pessoa por um personagem chamado José Costa que conta sua vida, narra suas aventuras e expõe as suas angústias entre dois espaços geográficos, o Rio de Janeiro e a capital da Hungria, Budapeste. José Costa é casado com Vanda, uma tele-jornalista, com quem tem um filho, Joaquinzinho, que sofre de afasia. O personagem é sócio de Álvaro, em uma agência cultural, em que trabalha como escritor anônimo, um *ghost writer* que produz desde cartas de amor a trabalhos escolares, discurso políticos, com absoluto sigilo e confidencialidade. Em uma de suas viagens à Europa, por conta de um pouso forçado, José Costa é obrigado a ficar em Budapeste, na Hungria, onde tem seu primeiro contato com o idioma húngaro, que o deixa ensimesmado. Decidido a aprender a língua magiar, ele volta a Budapeste, conhece a professora Kriska, que tem um filho chamado Pisti, e tem com ela um romance conturbado.

No jogo de duplos da narrativa, surge uma rede de metalinguagens e desdobramentos em que se entrecruzam realidade e ficção, certeza e hipótese, imaginário e imaginação, enredando um José Costa, não por acaso narrador e personagem, suspenso entre quem sou, o que sou, o que não sou e que, procura, reiteradamente, uma razão de ser, o sentido da vida. Os duplos do romance projetam a angústia e o dilaceramento de José Costa, narrador e personagem, existindo, dessa forma, uma relação simbiótica entre o narrador dilacerado e o próprio dilaceramento do mundo, um mundo que também se transforma em dois, e que será revelado na linguagem, em uma dupla língua, através da narração em primeira pessoa. Se é possível dar ênfase à função dessa primeira pessoa na narrativa e a presentificação, capazes de dissolver o tempo linear, embaralhar a cronologia e apresentar uma narrativa absolutamente encaixada, é porque também é possível reconhecer nesse vai-e-vem da narrativa um subterfúgio de que se vale o autor para chamar o leitor que, seduzido pela voz do narrador, passa a participar de seu mundo duplicado. A procura por outro lugar, outra mulher, outro filho, outro nome, outra língua, ou seja, a procura de um alhures, de uma origem, de uma verdade, evidencia, talvez, a sempre questão do homem humano, o buscar-se a si mesmo, uma procura pretendida e, ao mesmo tempo, recalcada e temida por ele.

Esses procedimentos ligados à narração em primeira pessoa e ao tempo presente como ponto de concentração de toda a narrativa, não por acaso, repetem as marcas formais da emergência do sujeito na língua, conforme nos chamou a atenção Benveniste (1989), ao mostrar o jogo da enunciação marcado, no próprio sistema linguístico, pela categoria gramatical de pessoa circunscrita ao eu\tu e ausente no ele. Além de apresentar o tempo presente como o tempo zero, eternamente presente na voz do sujeito da enunciação, o linguista nos faz ver que a atividade discursiva, por consequência, seria a única instância que, possibilitando a sua referencialidade, faz surgir a subjetividade como capacidade de o locutor se propor como sujeito.

Se não resistimos a fazer tais considerações, debite-se o fato de que argumentamos com uma breve “análise do discurso” de José Costa à intenção de advogar a linguagem como instância privilegiada, por meio da qual, em um movimento dialético, o sujeito-narrador se prende e se liberta, pois nela se vê e faz ver, através dela, o que não pode ser narrado, mas mostrado, assim é a linguagem e assim é a voz do sujeito que soa na linguagem nela se inscrevendo e se mostrando. Perceba-se, então, que é no tratamento dado à linguagem que se perscrutará o ser, o sujeito; é, pois, preciso auscultar as palavras para escutar o que elas falam

do ser. Acrescente-se, ainda, que, como a narrativa de Budapeste aponta para uma literatura que fala de si mesma, autoriza-nos a reiterar a metalinguagem como marca também da subjetividade, pois que, na esteira de Moraes (2001, p. 11) “se o sujeito resta como linguagem, apagado em sua língua, em sua fala, é, na mesma linguagem com que se mascara, que também se pode buscá-lo”.

O jogo na e da narrativa de Budapeste é complexo porque não aparta enunciado de enunciação, leitor, autor, personagem, narrador, realidade, ficção e imaginário, o que não significa que simplesmente os confunda, mas, pelo contrário, que os embaralha em uma perspectiva especular, fazendo com que um reflita e refrata o outro, em um sistema metamórfico tal que nós todos passamos a entrar no jogo, como co-autores, co-leitores, co-personagens, co-narradores, co-realidade, ficção e imaginário, no mesmo plano de imanência em que vivemos, a saber: o mundo, o planeta terra, com sua Babel de línguas, também especularmente se traduzindo uma na outra.

O romance detém, projeta, ficcionaliza, nesse sentido, esse outro jogo, o das políticas das escritas do mundo, uma vez que a encenação especular entre personagem, autor, narrador, ficção, realidade e imaginário não pode ser interpretada como jogo pelo jogo, ou jogo de ficção pela ficção, posto que é também o jogo do mundo, do face a face, logo, o jogo que nos inscreve como seres políticos, isto é, seres que estamos em relação uns com os outros, em face de uns e de outros, cultivando esperança, amor, ódio, inveja.

É a partir daí, da encenação, em Budapeste, do jogo político, e especular, do e no mundo, que nos ocorre a leitura que Rancière (1995) faz da relação – sempre política - entre os elementos da narrativa em uma obra de ficção. Relações políticas, logo, nunca absolutas, sempre precárias e mutantes, posto que o que importa, segundo Rancière, não é saber se é o narrador que importa, ou se é o personagem, ou a própria escrita, seu estilo, ou o leitor, mas simplesmente a forma como a obra de ficção põe em jogo – jogo político – os elementos da narrativa.

Dialogando, assim, com Rancière (1995), é possível detectar, em Budapeste, outro jogo especular, o do autor explícito e implícito ou, em outras palavras, o do autor, entendido como aquele que merece ter o nome destacado na capa da obra, tornando-se autor público, e o autor anônimo, o *ghost writer*.

A propósito, destaca-se o seguinte fragmento da narrativa buarqueana:

para o menino, Kriska lia o livro. Não se cansava de ler o livro, agora que estava de licença-maternidade, já o lera umas trinta vezes em voz alta. Realmente inacreditável, falava, e me olhava admirada, e fazia comentários, pão de abóbora, de onde tiraste isso? Coral de ventríloquos, realmente inacreditável, e essa cidade do Rio de Janeiro, essas praias, essa gente andando para lugar nenhum, e essa mulher Vanda, de onde tiraste isso? Realmente inacreditável, realmente inacreditável, e eu sentia o sangue me subindo à cabeça aos borbotões. E ela ainda me dizia que o ex-marido tinha um coração de ouro, se preocupava ao saber por Pisti de seu estado, mandara Pisti assegurar à mãe que não pouparia engenho e recursos para trazer seu homem de volta a Budapeste. Ingênua, Kriska se comovera às lágrimas, pois raros ex-maridos sabem ser tão altruístas, e fez com que Pisti transmitisse ao pai seu profundo reconhecimento. Enquanto isso o canalha escrevia o livro. Falsificava meu vocabulário, meus pensamentos e devaneios, o canalha inventava meu romance autobiográfico. E a exemplo da minha caligrafia forjada em seu manuscrito, a história por ele imaginada, de tão semelhante à minha, às vezes me parecia mais autêntica do que se eu próprio a tivesse escrito. Era como se ele tivesse imprimido cores num filme que eu recordava em preto-e-branco, oh, Kósta, essa festa de Ano-Novo, essa canção do Egito, esse alemão sem pêlos, eu não suportava mais escutar aquilo (BUARQUE, 2003, p. 168).

É esse o jogo de **Budapeste**, a encenação de uma política de escritas, a que podemos chamar, a partir do fragmento acima, de “coral de ventríloquos”. Toda a narrativa é esse “coral de ventríloquos”, tal que não podemos saber quem é quem, se José Costa é Zsoze Kósta, se Vanda é Kriska, se o autor do famoso romance *Budapest*, o que trata da biografia de José Costa, é Zsoze Kósta ou se é Pisti, a “peste”, o filho de ex-marido de Kriska, ou se é mesmo o próprio ex-marido, que “fez com que Pisti transmitisse ao pai seu profundo reconhecimento” (BUARQUE, 2003, p. 169), isto é, seu profundo labor, como outro *ghost writer* da narrativa, para “re”, isto é, para repetir, reproduzir, retomar, encenar, re-apresentar, representar a biografia de José Costa, tendo convivido com ele, quando este aprendia o húngaro, à época em que viveu em Budapeste, morando com a mãe, Kriska, ou, simplesmente, Cristina.

Assim, se **Budapeste** é um “coral de ventríloquos”, talvez seja porque seja este o jogo do mundo, o da política de escrita em que todos somos *ghost writers* de todos, que o narrador não é o autor, mas pode, muitas vezes, metamorfosear-se no processo narrativo de maneiras diferentes. Sua entrada na narrativa pode, então, marcar lugares diferentes intercambiando-se com outras figuras desse processo de enunciação.

A bem dizer, o processo narrativo ocorrido em **Budapeste**, coral de ventríloquos, permite uma leitura que busca compreender que o que realmente importa não é desvelar nada, não é saber ou procurar saber quem é o autor de tal ou qual obra, mas a política encenada no jogo entre os elementos da narrativa.

Daí se defender que, ao invés de desvelar o sujeito, de fazê-lo emergir, subjetivamente, no campo da linguagem, é o duplo que se inscreve na linguagem, sendo que é nele, ou em suas armadilhas, que o sujeito é apanhado e assujeitado, ao invés de ser revelado.

Analisando o sistema de duplo, em **Budapeste**, sustentamos que, mais que uma questão de enredo, que estrutura o romance de Chico Buarque, o duplo constitui um estranho, porque ideológico, dêitico linguístico; e tanto mais estranho por se tratar, por paradoxal que pareça, de um dêitico semântico, o que já soaria absurdo por si só, já que o dêitico é antes de tudo algo concreto, sob o ponto de vista da materialidade gráfica e fonológica, na e da língua, citando como exemplo óbvio, ao falar e ao escrever, o pronome de primeira pessoa eu, referência linguística a partir da qual o sujeito deiticamente emerge.

De qualquer forma, é necessária a existência de um morfema ou sintagma ou simplesmente uma estrutura linguística concreta para que o dêitico exista, compondo uma relação entre sujeitos ou entre sujeito e objeto. No sistema do duplo, no entanto, o dêitico é semântico-ideológico e, através dele, o sujeito não aparece, mas tem a doce sensação de aparecer, sendo que, objetivamente, desaparece e emudece, sob o signo da ilusão de ótica de emergir através dos dêiticos linguísticos.

Ao falar, por exemplo, “eu sou um ator famoso”, o sujeito, mais que deiticamente se fazer presente, na verdade, desaparece, nessa doce sensação de aparecer, porque é apanhado no sistema do duplo, no qual e através do qual ser famoso implica a existência do desconhecido, do anônimo, do duplo oposto, razão suficiente para questionarmos o lugar “singular” do sujeito, já que é pelo sistema do duplo, ou pela afirmação/ocupação de um polo do duplo, que sua emergência, na linguagem é permitida. Em **Budapeste**, o sistema do duplo se inscreve na dimensão da lógica do ventríloquo, tal que um personagem é o eco sonoro-ideológico de outro, residindo aí a função *ghost writer* da narrativa.

No entanto, se a língua se inscreve em um sistema dêitico-semântico do duplo – eu e tu, por exemplo -, pensando a escrita como política, ou a política da escrita, no sistema do duplo, um lado é sempre ventríloquo de outro, a divisão ou colocação dos sujeitos em um ponto da dicotomia, como a de ser autor famoso e a de ser anônimo, por exemplo, faz parte de uma função social, e política, da escrita e da fala, de tal modo que a função autor de que nos fala Michel Foucault (2001) pode ser metamorfoseada em função *ghost writer*.

Assim, se no plano do duplo, entendido como relação entre dois termos, entre autor explícito e autor implícito, entre português e húngaro, entre personagem de ficção e personagem real, logo entre ficção e realidade, se nesse plano, prosseguindo, não temos senão o que podemos chamar de função duplo, como no caso da função autor, é porque podemos deduzir, partindo de um diálogo com Deleuze e Guatarri (1977), que a função duplo é aquela da literatura maior, com seus cânones, ou da língua maior, sob o ponto de vista político-ideológico, sendo, nesse sentido, o lugar que *territorializa* o autor famoso e o anônimo, ou o falante e o afásico, o que nos lembra a própria afasia do personagem Joaquinzinho, filho de

José Costa, como uma forma de recusar o sistema de duplo; de entrar na linguagem a partir de um papel pré-fixado, como filho, duplo linguístico-social do pai, já que ser filho implica, de alguma forma, ter ou ter tido um pai.

Em **Budapeste**, o sistema do duplo impõe-se sobre o sujeito, assujeitando-o através de um jogo ideológico tal que, ao ocupar um ponto do polo, seja qual for, o sujeito, através dos dêiticos gramaticais da língua, mais que garantir sua emergência na linguagem, é convocado a reproduzir as relações *reificadas* de poder do mundo, reafirmando e reproduzindo a função duplo. Assim, entre o autor anônimo e o autor famoso, o *ghost writer* e o autor da capa, base do sistema do duplo da narrativa buarqueana, o sujeito emerge, mas não se singulariza, posto que o *ghost writer*, ao desejar tornar-se o famoso autor da capa, nada mais faz que exercitar e legitimar o sistema do duplo, cuja característica básica é a de ser especular, tal que um ponto do polo garante a existência do outro: o oprimido, assim se comportando, justifica o opressor pelo simples fato de inscrever-se como oprimido, assim como o *ghost writer*, e vice-versa, ao fazer-se como autor anônimo, garante a existência ideológica da função duplo, logo a legitimidade reificável do autor famoso.

No sistema do duplo em **Budapeste**, o jogo do mundo entra no jogo da língua de tal maneira que a ideologia se entranha no sistema gramatical da língua e os dêiticos, como recursos linguísticos, capazes de fazer emergir o sujeito na linguagem, tornam-se o suporte gramatical a partir do qual, mais que mostrar o sujeito, este se faz ideologicamente apagado, uma vez que se assujeita ao jogo do sistema do duplo, que nada mais é do que o jogo dos opostos, tal que um lado do extremo, mais que negar o outro, o afirma pelo simples fato de ocupar um lado dos polos.

NOTA DE FIM

¹ Referimo-nos, aqui, à advertência de Barthes (2002, p. 23): “Na cena do texto não há ribalta: não existe por trás do texto ninguém ativo (o escritor) e diante dele ninguém passivo (o leitor); não há um sujeito e um objeto”, diante da qual alguns o lêem como aquele que decretou a morte do sujeito, no caso do sujeito autor, produzindo, assim, seu apagamento.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI, JR., D. *O escorpião encalacrado: a poética da destruição em Júlio Cortazar*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de M. Lahud e Y. F. Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. Vol. II. Trad. Eduardo Guimarães / et. Al./, Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BUARQUE, C. *Budapeste: romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHAUÍ, M. *A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea*. *Jornal da Psicanálise*, ano 8, n.20, 1976.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.
- FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Portugália, 1968.
- ISER, W. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In.: LIMA, L. C. (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 955-987.
- MORAIS, M. M. de. *A travessia dos fantasmas: literatura e psicanálise em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MORIN, E. *A religião dos saberes. O desafio do século XXI*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. de Raquel Ramallete [et.al.]. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.